

POLÍTICA

RESPONSABILIDADE FISCAL

Sartori: 'Lei é um benefício'

Governador do Estado afirma que lei é trabalho preventivo e que ninguém irá perder com ela

O governador José Ivo Sartori (PMDB) comentou ontem a aprovação de projetos na Assembleia Legislativa durante sessão extraordinária da última segunda-feira e terça-feira, com destaque para a Lei de Responsabilidade Fiscal estadual (LRF). Os projetos aprovados na convocação extraordinária e na sessão do dia 22 na Assembleia foram sancionados ontem pelo Palácio Piratini.

Para o governador, a aprovação da LRF foi um benefício para o próprio servidor público. Na visão de Sartori, a lei é uma possibilidade de apresentar um mecanismo de defesa do Estado e garantir regularidade. "Esse trabalho é um trabalho preventivo. Ninguém vai perder com isso. Todo mundo vai ganhar. São sementes que temos que plantar para o futuro. Não vai servir para agora, mas vai servir para quem entrar no serviço público", afirmou, durante entrevista ao jornalista Felipe Vieira, da Rádio Guaíba.

Sobre o pagamento dos servidores referente ao mês de dezembro, Sartori não garantiu os salários em dia e confirmou atraso no repasse a fornecedores. "O pagamento sai quando tem dinheiro no saco. Quando tivermos recursos. Você não pode pagar o que não tem. Estamos es-



Sartori: 'Não se paga o que não se tem'

perando para que a gente mantenha em dia o pagamento dos servidores. Foi o que fizemos, quando buscamos auxílio do Banrisul para pagar o 13º salário. E agora estamos trabalhando nessa direção para ver se conseguimos fazer isso. Mas é certo que teremos atraso de fornecedores e credores e de outras situações que nos constrangeram", afirmou.

A Secretaria da Fazenda informou ontem que ainda avalia as condições do caixa estadual para pagar em dia os salários dos servidores de forma integral. A decisão será anunciada apenas na manhã de hoje.

Emenda valoriza o esporte

O deputado estadual Sergio Peres (PRB) aprovou uma emenda ao projeto de lei 299/2015 (que extinguiu a Fundação de Esporte e Lazer do RS – Fundergs), salvaguardando os recursos oriundos das loterias federais que serão, agora, destinados ao desenvolvimento do esporte no RS. Segundo a emenda do parla-

mentar do PRB, os recursos provenientes das loterias federais serão destinados exclusivamente para o uso de projetos esportivos e sociais, para a manutenção do Centro Estadual de Treinamento (CETE) e para o financiamento de competições oficiais que estão no calendário de eventos esportivos do Estado.

Judiciário tem dúvidas sobre LRF

FLAVIA BEMFICA

Foi numa longa e tensa sessão da convocação extraordinária na Assembleia, que começou na segunda-feira à tarde e se estendeu até as 4h da madrugada de terça-feira, que o governo Sartori conseguiu aprovar 27 projetos de interesse do Executivo estadual. Houve brigas nas galerias, discussão entre deputados, pressão de servidores, mas, ao final, o governo aprovou praticamente todas as propostas que lhe interessavam, inclusive, a principal matéria do pacote, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ontem, o poder Judiciário estava debruçado sobre este tema e poderá não se submeter à nova LRF estadual, devendo fazer encaminhamentos jurídicos caso o Executivo decida aplicar as novas regras a todos os poderes. A LRF estadual é mais restritiva do que a Lei de Responsabilidade Fiscal federal, muda os critérios de cálculo da despesa com pessoal e restringe o crescimento de outros tipos de gastos.

Ao avaliar a aprovação do texto, o presidente do Conselho de Comunicação do Tribunal de Justiça (TJ/RS), desembargador Túlio Martins, informou que a postura da Corte é de cautela, e



Martins: análise e estudo da lei

que o presidente do TJ, desembargador José Aquino Flôres de Camargo, não autorizou posicionamentos antes que sejam realizados estudos. Mas ressaltou que o Judiciário considera que existem três "pontos fundamentais" a serem levados em conta: a mudança do texto por emendas; o fato de a lei "alterar e expandir" dispositivos da lei federal, o que coloca no debate a "questão da constitucionalidade"; e sua possibilidade de aplicação sobre o Judiciário. "A magistratura é nacional e já regrada por uma lei", adiantou o de-

sembargador.

Nos bastidores, membros do Judiciário discutem há meses a preocupação com a ordem jurídica da questão. Pelo menos três integrantes do núcleo central do secretariado do governador José Ivo Sartori, entre eles o chefe da Casa Civil, Márcio Biolchi, foram alertados sobre os questionamentos que ocorreriam com a promulgação de lei estadual para alterar lei complementar à Constituição. "Não é possível afrontar a Constituição porque isso parece adequado ao momento", resume um dos desembargadores envolvidos nos debates que ocorrem no Tribunal.

Também ontem, o presidente da Ajuris, Eugênio Terra, assinou que o entendimento da entidade é de que as novas regras não atingem os demais poderes, incluindo na lista, além do Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria, o Legislativo. O argumento é de que lei estadual não pode estabelecer sobre os poderes maior controle do que uma lei federal. "O que nos parece é que o governo fez lei para aplicar ao Executivo. Se o governador decidir implementá-la para todos os poderes, talvez seja necessária declaração judicial dizendo que não se aplica", informou.

PDT sai rachado das votações

A convocação extraordinária e a aprovação de 27 matérias em uma única sessão, que terminou às 4h da terça-feira, aumentaram as fissuras na base aliada do governo Sartori. O descontentamento é evidente no PDT, que está rachado.

A sigla se absteve de votar o PL 418 (que institui o Plano Diretor de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros) após sua emenda original ao texto cair. Os deputados Enio Bacci e Juliana Brizola votaram contra a convocação extraordinária e o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Juliana fez discurso contundente contra a convocação, a falta de debate das propostas e o aparato policial que cercou o Legislativo.

Bacci avisou que não votava a cabresto, anunciou que discute a presença do PDT na base e fez críticas severas à aprovação do 418. "É um absurdo. Hoje 19 empresas detêm 54% do mercado e outras 220 os 46% restantes. Com o projeto, 100% do mercado estará nas mãos de 14 empresas", declarou.

No PP, foi a forte pressão da própria base eleitoral que fez com que Adolfo Brito não votasse o projeto da LRF estadual. A discussão do PL 511/2015, que autorizou o Executivo a aportar recursos e abrir créditos na Caixa de Administração da Dívida Pública do Estado (Cadip), também gerou críticas entre aliados do governo estadual.

A oposição aproveitou as de-

savenças para recolher assinaturas pela retirada dos projetos 507, 508 e 509, todos polêmicos. O 507 limita a cedência de servidores para entidades sindicais. O 508 altera a estrutura da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). E o 509 prevê novas concessões rodoviárias, com pedágios, por 30 anos, sem necessidade de autorização legislativa e sem preço mínimo.

Quando faltavam três assinaturas para completar o requerimento de retirada, os governistas fizeram levantamento e perceberam que lhes faltariam dois votos para aprovar as propostas. Então, o líder do governo, deputado Alexandre Postal (PMDB), anunciou sua retirada da pauta da extraordinária.

Espumantes Salton
Por dias com mais aromas e sabores.

VINÍCOLA
SALTON
Momentos de satisfação.

www.salton.com.br

APRECIE COM MODERAÇÃO.

agenciaoriginal.com.br

f t+ SaltonHarmoniza